



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

#### REQUERIMENTO N.º , DE 2013 (do Sr. Vanderlei Macris)

Requer a convocação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Sr. Gilberto Carvalho**, para prestar esclarecimentos sobre as recomendações para convênios supostamente irregulares celebrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente,

Requeiro que Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e no art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Sr. Gilberto Carvalho**, para prestar esclarecimentos sobre as recomendações para convênios supostamente irregulares celebrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

#### JUSTIFICAÇÃO

Foram veiculadas pela imprensa brasileira reportagens dando conta da virtual prática de irregularidades na celebração de convênios pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Eis o teor de algumas dessas reportagens:

***“Investigação liga mulher de ministro do Trabalho a convênios irregulares***

***Como secretária estadual em Santa Catarina, Dalva Dias repassou recursos a 3 entidades, uma delas ligadas ao PDT***



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*BRASÍLIA - No mesmo dia em que a Polícia Federal prendeu três funcionários do Ministério do Trabalho acusados de desviar recursos da pasta, o Tribunal de Contas de Santa Catarina decidiu pedir ao Tribunal de Contas da União investigação de denúncias que ligam a mulher e o chefe de gabinete do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias (PDT-SC), a irregularidades em convênios abastecidos por dinheiro do ministério em Santa Catarina. O Estado é a base eleitoral de Dias.*

*Relatórios do órgão apontam suposto dano ao erário e favorecimento de três entidades, uma delas ligada ao PDT, em parcerias de R\$ 2,1 milhões, firmadas nas gestões de Dalva Maria de Luca Dias, como secretária estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado, e Rodrigo Minotto, então coordenador do Sistema Nacional do Emprego (Sine) no Estado.*

*Dalva Dias, atual presidente do PDT em Florianópolis (SC), foi secretária estadual de maio de 2007 a julho de 2010. Rodrigo Minotto, o chefe de gabinete do ministro, ocupou vários cargos públicos indicado por Manoel Dias, entre eles o de superintendente regional do Trabalho em Santa Catarina.*

*Na última segunda-feira, o TCE-SC determinou o envio das auditorias e da documentação dos convênios ao TCU, que fiscaliza e pune irregularidades no uso de verbas federais. Dos R\$ 2,1 milhões previstos, 83% vinham do Ministério do Trabalho, na época comandado por Carlos Lupi (PDT-RJ), padrinho político de Dias, que liderava o partido em Santa Catarina.*

*O TCU já havia deliberado apenas sobre formalidades da contratação das três entidades por dispensa de licitação, o que considerou legal. Mas diante de novas constatações, como eventual dano aos cofres públicos, informou ao Estado que voltará a avaliar o caso e, se necessário, aprofundará as investigações.*

*Até o início das investigações pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, em 2008, ao menos R\$ 1,5 milhão havia sido repassado às entidades. Cabia a elas dar cursos profissionalizantes variados a trabalhadores, de vigia a costureiro, por meio do Programa Estadual de Qualificação Profissional, mantido pela secretaria e executado pelo Sine.*

*Segundo o TCE-SC, houve aprovação de despesas sem "caráter público", "ilegítimas e genéricas". Os auditores constataram que nem sequer houve menção aos tipos de aula que as contratadas dariam no edital de convocação das entidades. "Quais critérios foram adotados para a escolha? Se não havia nos autos esses elementos mínimos, pergunta-se:*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*como a secretaria distribuiu entre os institutos os cursos que pretendia contratar?", questiona um dos relatórios. As disciplinas e os materiais necessários foram apresentados pelos institutos contratados, e não pela secretaria, que demandava os serviços.*

*Destino de R\$ 393 mil em pagamentos, o Instituto Wilson Picler é do ex-deputado federal pelo PDT Wilson Picler. A entidade chegou a gastar R\$ 16 mil com a compra de 82 bicicletas para distribuir como brindes. Para os auditores, "despesa que não possui caráter público". A defesa da ex-secretária alegou, porém, que as bicicletas foram compradas pelo instituto sem consentimento da pasta.*

### DETALHES

*As auditorias mostram que as despesas eram genericamente descritas. Na proposta de preços da Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural de Santa Catarina (Adesc), gastos de R\$ 196,8 mil, aprovados por Dalva, aparecem como "outros materiais necessários". A entidade recebeu R\$ 836 mil. Na Amea, contemplada com 362 mil, ao menos R\$ 82,4 mil foram apresentados como "kit material", "diversos" ou "matérias-primas".*

*Ao todo, a secretaria autorizou ou fez gastos de quase R\$ 400 mil indevidamente, segundo o TCE-SC. O órgão, porém, focou sua análise só nos recursos estaduais dos convênios.*

*As irregularidades foram apuradas em 2008 e confirmadas em mais dois relatórios, mesmo após esclarecimentos de Dalva e Minotto. "As alegações de defesa e documentos apresentados são insuficientes para elidir todas as irregularidades", concluíram os auditores.*

*O tribunal catarinense diz que só aguarda a assinatura de suas autoridades para remeter o processo ao TCU. Na decisão tomada na última segunda-feira, entendeu que a responsabilidade pela apuração de danos e aplicação de punições é do órgão federal, pois a maior parte dos recursos dos convênios é proveniente da pasta do Trabalho."*

### **"Apuração liga mulher de ministro a verba irregular**

*TCE de Santa Catarina constatou despesa 'ilegítima' em convênio firmado com recurso do Trabalho*

*O Tribunal de Contas de Santa Catarina pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) para investigar denúncias que ligam a mulher e o chefe de gabinete do ministro do Trabalho, Manoel Dias, a irregularidades em convênios firmados no Estado e abastecidos por dinheiro da própria pasta, informam os repórteres Fábio Fabrini e Andreza Matais. Santa Catarina é a base eleitoral de Dias. Relatórios do órgão apontam suposto*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

dano ao erário e favorecimento de três entidades, uma delas ligada ao PDT, partido do ministro, em parcerias de R\$ 2,1 milhões, firmadas nas gestões de Dalva Maria de Luca Dias, como secretária estadual de Assistência Social, e de Rodrigo Minotto, então coordenador do Sistema Nacional do Emprego (SINE) no Estado. A investigação foi solicitada no mesmo dia em que a Polícia Federal prendeu três funcionários do ministério acusados de desviar recursos. Dalva Dias nega irregularidades e diz que “não há no Brasil um gestor público que não tenha processo”.

**“Não há gestor público sem um processo”, afirma Dalva Dias**  
BRASÍLIA - Ex-secretária estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina e presidente do PDT em Florianópolis, Dalva Dias, disse ao **Estado** que “não há no Brasil um gestor público que não tenha um processo”.

**Contrato assinado pela senhora como secretária estadual com verba do Ministério do Trabalho será apurado pelo TCU.**

**DALVA DIAS** - Mas você pode ter acesso? Qualquer pessoa pode ter acesso aos processos? Estão querendo pegar coisas minhas por causa dessa história toda do ministério. Você pode fuçar minha vida quanto quiser. Foi tudo feito com a maior lisura. Eu tenho, por princípio, zelar pela coisa pública.

**Mas existem vários processos no TCE-SC sobre sua gestão, apontando irregularidades...**

**DALVA DIAS** - Não há no Brasil nenhum gestor público que não tenha um processo.

**A senhora acha que estão tentando desestabilizar seu marido?**

**DALVA DIAS** - O que há é uma conjuntura política que favorece grupos de interesse contrário. Desde que ele assumiu não fez um único convênio. Aí fica o Brizola Neto dizendo coisas. Tem convênio assinado pelo Brizola Neto. É um despreparado.

**Seu marido deve deixar o cargo?**

**DALVA DIAS** - Qual é a acusação contra o Manoel?

**A PF investiga o período em que o PDT atuou no ministério.**

**DALVA DIAS** - São acusações, você disse bem. Não tem nada provado.”

Fonte: Jornal “O Estado de São Paulo”, de 16/09/2013

O Broadcast da Agência Estado, no dia 16 de setembro do corrente ano, publicou:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **“9H52 - MINISTRO DIZ QUE FEZ RECOMENDAÇÃO A PEDIDO DE CARDEAIS**

São Paulo (AE), 16/09/2013 - O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, admitiu que “recomendou” a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador aos ex-ministros do Trabalho Carlos Lupi e Brizola Neto, por sugestão de cardeais das Arquidioceses de São Paulo e do Rio. “Mas eu nunca pedi que forçassem uma barra para o Ceat.” Ele disse que recebeu padre Lício “muitas vezes”. “Quando eu era chefe de gabinete do Lula, dom Cláudio Hummes me pediu apoio do presidente ao Ceat, falou de uma entidade realizadora na qualificação do trabalhador. O presidente Lula sempre deixou claro que, em primeiro lugar, estava a questão técnica. Foi renovado o vínculo com o Ceat com base nas informações da Igreja. A análise de contas não era e nunca foi minha função.”

“Mais de uma vez vieram pedir. Padre Lício dizia para que eu falasse que o Ceat é de gente séria”, relata Carvalho. “Falei com o Lupi, depois com o Brizolinha. Pedi que atendessem, sempre ressaltando que olhassem a prestação de contas.” O ministro demonstra inconformismo. “Esse é o típico caso em que a gente deu apoio confiando muito na posição da Igreja. O Ceat sempre foi o orgulho da Igreja. Não estou dizendo que há algum culpado, mas agimos baseados nas recomendações de dom Cláudio e dom Odilo Scherer e de dom Orani (cardeal do Rio). Quem sempre reforçou a referência sobre padre Lício foram eles. Padre Lício sempre teve comportamento irrepreensível.”

Carvalho destaca que o Ministério do Trabalho e a CGU “não sinalizaram” com problemas nas contas da ONG. “Recomendei o Ceat sim, com a chancela da Arquidiocese de São Paulo e do Rio, que atestavam o trabalho como muito consistente.”

“Padre Lício veio me convidar para evento do dia 1.º de maio, veio com a Jorgette (presidente da ONG) e com gente respeitável. Aí pedi que eu falasse com o ministro Manoel Dias, que seria importante. Eu disse: ‘fale direto com o ministro, ele já conhece o trabalho de vocês’. Eu não fiz nenhuma interferência, até poderia ter falado com o ministro (Manoel Dias), como falei com os outros (Lupi e Brizola) porque não tinha suspeita sobre o Ceat. Assim como eu, a Igreja ficou absolutamente surpresa. Essa é a verdade.”

“Quando houve as prisões eu pensei que devia ser engano muito grave, alguma pirotecnia. Liguei para o Zé Eduardo (Cardozo, ministro da Justiça), ele disse que era coisa séria. Tentei falar com d. Cláudio, estava em retiro. Dom Odilo já sabia das prisões, muito surpreso.”



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*O criminalista Pedro Iokoi, que defende Jorgette, disse que o Ceat “não é entidade de fachada, promove trabalho de grande relevância social”.*

As denúncias são graves e afetam diretamente interesses e recursos federais.

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Assim, a convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 2013.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**  
**PSDB/SP**